



Centro Universitário de Brasília

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FASA

Curso de Comunicação Social

CIBELE SANTOS DE ABREU

MATRÍCULA 2043387/5

PORTAL DO CONFEA APROXIMANDO O PROFISSIONAL

E O SISTEMA: ESTUDO DE CASO

Brasília, junho de 2005

CIBELE SANTOS DE ABREU

PORTAL DO CONFEA APROXIMANDO O PROFISSIONAL

E O SISTEMA: ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada para obtenção de título de Bacharel em Jornalismo pelo curso de graduação em Comunicação Social do Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Prof. Fernando Pereira Braga

Brasília, Junho de 2005

CIBELE SANTOS DE ABREU

PORTAL DO CONFEA APROXIMANDO O PROFISSIONAL

E O SISTEMA: ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada para obtenção de título de Bacharel em Jornalismo pelo curso de graduação em Comunicação Social do Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Prof. Fernando Pereira Braga

Brasília, 3 de junho de 2005.

Membros da bancada	Assinatura
Professor orientador: Professor: Fernando Pereira Braga	
Examinador: Professor: Henrique	
Examinadora: Jornalista: Bety Rita Rodrigues Ramos	
Examinador: Jornalista: Renato Tavares Nobrega	

A Deus porque sempre está junto a mim.  
Aos meus pais, ídolos e fãs, que sempre me dedicaram amor incondicional, além de paciência com meus mal-humores. E aos meus irmãos, Everton, Carla e Cilene, que me apoiaram com sorrisos e ameaças caso desistisse de tudo a essa altura do campeonato.

## **Agradecimento**

Ao Professor Fernando Pereira Braga pela orientação e paciência durante a produção deste trabalho.

A minha irmã, Carla Adriana, por auxiliar-me na montagem da dissertação.

A Bety Rita pela paciência e compreensão durante a minha dedicação à elaboração desse projeto.

Ao Renato Tavares Nóbrega pelo empréstimo dos livros.

Ao Marcelo Santos e Ricardo Sotto Maior por auxiliar-me no resgate da história do site do Confea.

E a todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para a finalização do meu curso e realização deste trabalho.

## Resumo

Vivemos a era da tecnologia e do imediatismo, fato que tem movimentado e aperfeiçoado cada vez mais o mundo virtual. Aproximando pessoas, agilizando serviços e divulgando informações em velocidade recorde, mesmo sem a presença física, estamos presentes virtualmente.

Atualmente, dados mostram que a vida fora da rede é quase humanamente impossível. Devido a essa corrida de promoção e divulgação de informações, as empresas, pessoas físicas e jurídicas têm se adequadado à tecnologia da informação.

Até o ano de 2000, o Sistema Confea/Crea atingia apenas 20% dos profissionais. Hoje, com a adaptação à rede, alcança quase 90%. Para se chegar a esse resultado a equipe de comunicação do Confea tem trabalhado na produção de notícias direcionadas à área e divulgação on line. Estimulando incessantemente a busca por informações, checagem de notícias, além de consulta à legislação da área tecnológica.

Prova desse sucesso é a procura freqüente de empresas e lojas do setor demonstrando interesse na compra de espaço para divulgação de produtos e serviços uma vez que o acesso diário ultrapassa a 1000 visitas.

Este trabalho discute esta questão por ser a principal porta de acesso e conhecimento ao Sistema Confea/Crea através de um simples clique. O que evoluiu e aproximou estudantes e profissionais à entidade.

## Lista de Ilustrações

- Figura 1 Organograma do Confea
- Figura 2 Capa do Constituinte
- Figura 3 Capa do Jornal do Confea
- Figura 4 Capa do Confea Urgente
- Figura 5 Capa do Informativo do Confea
- Figura 6 Capa do Boletem do Confea
- Figura 7 Capa da Revista de edição nº 1
- Figura 8 Capa da Revista de edição nº 2
- Figura 9 Capa da Revista de edição nº 3
- Figura 10 Capa da Revista de edição nº 4
- Figura 11 Capa da Revista de edição nº5
- Figura 12 Home page da primeira versão
- Figura 13 Home page da segunda versão
- Figura 14 Home page da terceira versão
- Figura 15 Home page da quarta versão

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ACOM	Assessoria de Comunicação
ARQ	Arquiteto
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CREA	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia
ENG	Engenheiro
N	Número
PIB	Produto Interno Bruto

## Sumário

- 1. Introdução, 10
  - 1.1 Justificativa da Escolha do Tema, 10
- 2 Fundamentação Histórica, 11
  - 2.1 Primeiras Escolas, 12
  - 2.2 Reconhecimento das profissões. 13
- 3 Início da Regulamentação, 14
  - 3.1 A Regulamentação, 16
  - 3.2 Adolfo Morales de Los Rios assume o Confea, 18
  - 3.3 Anuidade, 19
  - 3.4 Brasília, 19
- 4 Confea hoje, 20
  - 4.1 Assessoria de Comunicação, 23
  - 4.2 Comunicação dentro do Sistema, 24
- 5 Mídias, 25
  - 5.1 Jornal do Confea, 26
  - 5.2 Revista do Confea, 33
- 6 Internet, 39
  - 6.1 Confea na web, 40
  - 6.2 Portal, 44
  - 6.3 Layout, 45
  - 6.4 Home page – primeira página, 46
  - 6.5 Notícias, 47
- 7 Comunicação para Wide World Web – Internet, 48
- 8 Futuro da Internet, 49
- 9 Conclusão, 50
- 10 Bibliografia, 52

## **1 Introdução**

A comunicação é a essência da existência humana, sem ela não é possível manifestar nossos desejos e necessidades vitais e sociais. Para se atingir em grande escala e a longas distâncias, utilizam-se meios de comunicação que são dos mais variados.

Baseado neste pressuposto, esta monografia foi desenvolvida em sua forma mais direta, mostrando a evolução e expansão da comunicação dentro do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia agregado aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) através da conexão à rede de computadores, a internet. Além da demonstração das falhas de publicação de informações desmotivando o internauta na leitura completa dos textos jornalísticos editados na web.

A monografia tem como objetivo demonstrar o sucesso e alguns pecados virtuais cometidos dentro da comunicação social do Confea. Sugerindo a melhora na qualidade dos textos digitais.

### **1.1 Justificativa da Escolha do Tema**

A corrida contra o tempo e as distâncias entre os profissionais e o Confea foram aproximadas através do Portal do Conselho que contém basicamente todas as informações da área tecnológica.

### **1.2 Tema**

Velocidade na divulgação de notícias e informações através da Internet.

### **1.3 Delimitação do Tema**

Abrangência na divulgação de informações no meio tecnológico depois da adaptação do Confea ao meio digital.

## 2 Fundamentação Histórica

Desde o Período Colonial até o Império, a engenharia, arquitetura e agrimensura eram exercidas por pessoas de formações diversas. Havia os engenheiros formados na Europa ou nas “aulas de fortificações” existentes no país e aqueles que aprendiam no dia-a-dia e trabalhavam nos canteiros de obras exercendo a função de engenheiro, causando, desde aquela época, o sombreamento da profissão.

Os engenheiros chegavam da Europa e logo se juntavam aos que haviam concluído as aulas de fortificação, oferecidas desde 1699 em alguns lugares no Brasil, em função da necessidade da Coroa Portuguesa em defender os primeiros pólos de administração da nova colônia. Durante esse período muitos engenheiros construíram fortes, portos, igrejas e estruturas urbanísticas.

A engenharia no Brasil colonial realizou os Arcos da Carioca abastecendo o Rio de Janeiro de água, o Palácio do Governador e vice-rei na Praça XV também no Rio, na engenharia naval e algumas embarcações, mas era muito comum encontrar obras de grande porte sem o acompanhamento de um engenheiro vindo do exterior, por isso muitas obras precisaram ser enquadradas em um “Código de Obras”, existente na Bahia em 1886, obrigando os “mestres de obras”, depois de alguma construção, comunicarem seus nomes à Câmara Municipal da cidade de Salvador, sob pena do pagamento de multas ou até mesmo de prisão caso isso fosse omitido.

Em Minas Gerais no ano de 1724, o português Manoel Francisco Lisboa obteve a primeira carta de carpinteiro, que era considerada melhor das profissões, pois abrangia vários ofícios - entre eles o de desenhar plantas. Seu filho, Antônio Francisco Lisboa, o grande mestre escultor “Aleijadinho”, seguiu os mesmos passos.

Com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, as artes também tiveram grande renovação com a chegada da missão artística francesa liderada pelo arquiteto Grandjean de Montigny que, ao chegar ao Brasil, recebeu o

título de professor de arquitetura, o primeiro oficialmente concedido no país. O arquiteto foi autor do projeto do edifício da Academia Imperial de Belas-Artes que continha, para a época, em sua concepção estilo neoclássica que alterou os conceitos arquitetônicos, até então vigentes, tornando um grande centro de produção de projetos oficiais e privados.

“Durante a administração de Maurício de Nassau, em 1810, veio ao Brasil uma comissão científica em que se destacou o geólogo Guilherme Luiz, o Barão Von Eschwege,” (do site: [adop.confea.org.br](http://adop.confea.org.br)) considerado o fundador da geologia brasileira, cujos estudos surpreenderam pela exatidão e critério.

## **2.1 Primeiras Escolas**

Aos poucos começaram surgir no Brasil as primeiras escolas de engenharia como a Escola de Artilharia Militar na Bahia em 1696 e a Academia Real Militar em 1811, mais tarde originou tanto a Escola Militar como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Com a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, foi criado na nova capital um “arquivo militar” que guardava todos os mapas do litoral e do interior do Brasil. A criação desse arquivo passou a reunir e orientar os profissionais da engenharia encarregados da construção de fortalezas e das estradas que eram feitas com o intuito de ligar e encurtar as distâncias entre os estados.

A escola Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792, no Rio de Janeiro, foi o marco inicial do ensino formal de engenharia no país. Com a chegada da família real ao Brasil, passou a se chamar Academia Real Militar. A escola destinava-se à formação de oficiais de infantaria, artilharia e engenharia militar e civil. O ensino oficial de arquitetura no Brasil teve início com a inauguração da Escola das Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, por D. João VI que a transformou, em 1826, na Academia Imperial de Belas Artes e, mais tarde, na Escola Nacional de Belas Artes.

Vivendo em plena República, 1893, houve considerado crescimento nas atividades públicas e privadas o que foi um estímulo para a construção civil. Nessa época, visando o desenvolvimento do país, surgiu a necessidade de qualificar uma equipe de engenheiros e geógrafos, nascendo daí, em 1894, a Escola Politécnica de São Paulo, que seis anos mais tarde formava os primeiros engenheiros-arquitetos do país. Sendo a especialidade só instituída dezoito anos mais tarde, pela Faculdade de Engenharia, do Instituto Mackenzie.

## **2.2 Reconhecimento das profissões - 1876 a 1962**

As profissões da área tecnológica surgiram no Brasil em diversos momentos históricos entre os séculos XIX e XX o que foi motivo, também, para a regulamentação e fiscalização do exercício profissional.

A geologia, teve o ensino reconhecido em 1876 com a Escola de Minas de Ouro Preto com o apoio do geólogo Francês Claude Henry Gorceix, mentor do projeto, que veio ao Brasil a convite do imperador Pedro II para formar engenheiros de minas capazes de dirigir as explorações metalúrgicas.

Os Engenheiros Civis foram legalizados através do Decreto nº 2.748, publicado em 1862 com a criação do Corpo de Engenheiros Civis legitimado pelo Decreto nº 2.922 de 10 de maio. Em 1.871 foi aprovado um novo regulamento para o Corpo de Engenheiros Civis no Decreto nº 4.696, intensificando a exigência do diploma de engenheiro civil e alguns anos de experiência na área.

Para a criação da agrimensura foram nomeados profissionais para as terras públicas a pedido do imperador através do Decreto nº 3.198 publicado em 16 de dezembro de 1863 que permitia também a revalidação das profissões de engenheiros, geógrafos e piloto de agrimensor.

Somente em 1933 os agrônomos passaram a serem legitimados através do Decreto nº 23.196 de 11 de outubro que regula a profissão dando estabilidade,

orientação profissional e destaque técnico a classe, além estabelecer normas para profissionais estrangeiros, funcionários públicos federais, estaduais e municipais.

Insatisfeitos com os resultados práticos obtidos pelo Decreto os engenheiros-agrônomo iniciaram no Congresso Nacional, em 1957, um grande movimento para obterem um novo diploma legal que melhor regulamentasse e fiscalizasse o exercício profissional. O projeto de Lei foi aprovado, Lei nº 5.194/66. E esses profissionais passaram a se chamar engenheiros agrônomos.

Os geógrafos foram regulamentados em 1962, pelo Artigo 4º da Lei 4.076, publicada dia 23 de junho durante o governo do presidente João Goulart. A Lei determina que a fiscalização do exercício profissional dos beneficiados por ela, seria exercida pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e pelos Conselhos Regionais – Creas.

### **3 Início da Regulamentação**

Em 1696 foram manifestadas decisões governamentais que determinavam aos profissionais diplomas e títulos profissionais, mas, por meio da Carta Régia de 11 de janeiro, havia a intenção de regulamentação da área e execução de obras de fortificações na colônia brasileira. Foi criada, na Bahia, a Escola de Artilharia e Arquitetura Militar.

No ano de 1874 a Escola Central passou a ser a Escola Politécnica e a valorizar o título de “Doutor”, “carta” de bacharel, diploma e título de habilitação para quem terminasse o curso na escola, conforme Decreto nº 5.600 de 25 de abril.

Em 1880, passou-se a exigir diplomas dos profissionais das áreas de engenharia, civis, geografia, agrimensura, e bacharéis, brasileiros e estrangeiros, formados em matemática para exercerem suas profissões ou mesmo comissões de nomeação do Governo através do Decreto nº 3.001 de 9 de outubro. Somente em 1887 a profissão de agrimensura passa a ser habilitada e regulada pelo Decreto nº 9.827 de

31 de dezembro, mas somente após vinte e quatro anos entra em vigor. O Decreto foi resultado de representações feitas pela congregação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pela Escola de Minas de Ouro Preto e pela Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul, dirigidas à princesa Isabel.

O imperador, no Decreto nº 8.159 de 1º de julho de 1881, resolve que na expressão “Carta de Habilitação”, do Decreto nº 3.001/1880, deveriam ser incluídos os diplomas de membros efetivos do Instituto dos Engenheiros Civis de Londres. Uma vez, que nesse período na Inglaterra não havia escolas regulares de engenharia, sob direção e responsabilidade do Estado e essa mudança incluiria os bem conceituados engenheiros de Londres.

Durante o governo provisório republicano de Deodoro da Fonseca foi determinado a demarcação de terras particulares, trabalho que devia ser executado somente por agrimensores que tivessem algum título de habilitação designado pelas deliberações do Decreto 3.198/1893, que mais tarde foi complementado pelo Decreto nº 720 de 5 de setembro de 1890.

Nesse mesmo período, 1914/18, apesar de mais de dois terços da população brasileira ser da área rural, foi construído no Rio de Janeiro a famosa “Avenida Central”, com estilo francês, vias largas e postes de iluminação. Logo após, começaram as primeiras iniciativas para montagem do parque industrial brasileiro. No pós-guerra, década de 20, a indústria brasileira crescia junto com as reivindicações operárias.

Durante o crescimento acelerado da industrialização e das construções surgiram inúmeros falsos profissionais, pessoas que se passavam por engenheiros tomando espaço dos diplomandos na área. Essa falta de fiscalização profissional deu origem ao movimento liderado por entidades da engenharia, como o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Sociedade Mineira de Engenheiros, Sindicato Nacional de Engenheiros, que passaram a exigir uma legislação que protegesse os direitos profissionais dos brasileiros, ou seja, a regulamentação da profissão principalmente em São Paulo. Um Manifesto foi estampado nas páginas dos jornais da época.

A criação de leis para a proteção dos profissionais diplomados, definição de atribuições, determinação de deveres e obrigações iria representar grande avanço para a engenharia brasileira, ainda mais que, no Brasil, em plena década de 30, pós-queda da Bolsa de Valores de Nova York, que atingiu as negociações comerciais no mundo inteiro, e do golpe militar.

Para desenvolver a nova legislação foi criada a primeira comissão que era formada por um grupo de profissionais de grande prestígio na área. Faziam parte dessa comissão os engenheiros José Furtado Simas, Felipe dos Santos, Edison Junqueira Passos, Abílio do Amaral, Cezar do Rego Monteiro, José Ferreira de Andrade Júnior, Antônio Hirsch Marcolino Fragoso, José Sobral de Moraes e Marcos Valdetaro da Fonseca, e os arquitetos Augusto de Vasconcellos e Paulo Candiota. Dessa comissão também fazia parte o presidente do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e o engenheiro civil Haroldo Cecil Poland.

O então presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, criou o Ministério do Trabalho para atender às reivindicações trabalhistas para reformar as relações no país, jornada de oito horas, descanso semanal e férias remuneradas além, de proteção ao trabalho infantil e legalização dos sindicatos. Foi só nesse ano, 1933, que o mesmo Ministério organizou uma nova comissão para estudar e discutir a fiscalização profissional.

A segunda comissão era presidida pelo antigo diretor geral do Departamento Nacional do Povoamento, do Ministério do Trabalho, engenheiro Dulphe Pinheiro Machado e composta pelos seguintes profissionais: Abelardo Caiuby, do Instituto Paulista de Arquitetos; Adolfo Morales de Los Rios Filho, do Instituto Central dos Arquitetos; Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres, da Associação dos Engenheiros Civis da Bahia; Alcides Lins, da Sociedade Mineira de Engenheiros; Augusto Varella Cursino, da Associação dos Construtores Civis; Cezar do Rego Monteiro Filho, do Sindicato Nacional dos Engenheiros; Domingos José da Silva Cunha, da Sociedade Brasileira dos Engenheiros; José Cezário Monteiro Lins, do Instituto de Engenharia de São Paulo; José Furtado Simas, da Associação Brasileira de Concreto; José Luiz Mendes Diniz, do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro; e Luiz Simões Lopes, pela classe dos agrônomos.

### 3.1 A Regulamentação

Oficialmente em 11 de dezembro de 1933 nasceu o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Sistema Confea/Crea por meio do Decreto 23.569 que “delimitava os direitos e deveres dos profissionais, passava ainda a impedir definitivamente que continuasse impunemente a invasão da profissão por indivíduos desprovidos das credenciais necessárias e que por longo tempo vinham competindo ilegalmente com os que após anos de estudos, atingiam um grau de conhecimento compatível com as finalidades dos cursos superiores por eles terminados”.

Mas somente em janeiro de 1934 foi criado um grupo de trabalho de nove profissionais diplomados para comporem e organizarem a estrutura administrativa do Confea, por meio da assinatura do Decreto 23.767. Três meses mais tarde, aconteceu a primeira sessão plenária, dia 23 de abril do mesmo ano, na sede provisória, Escola de Belas Artes, onde foi apresentada a Diretoria do Confea que era composta pelo presidente nomeado eng.º Pedro Rache, vice-presidente, eleito, Adolfo Morales de Los Rios Filho, secretário Cezar do Rego Monteiro e tesoureiro Armando Bretas Bering. Durante a reunião, foi aprovada a Resolução nº002, que criava oito Regiões que abrangiam todos os Estados do país e passavam a serem denominados de Conselhos Regionais fiscalizadores das atividades profissionais dos ramos tecnológicos.

A primeira primeira Região integrava os estados do Pará, Amazonas, Maranhão e Pauí e o território do Acre. O órgão teve sua sede instalada em Belém em 1936. O presidente do Confea ficou respondendo pelo Crea Norte durante vários meses.

A segunda Região continha os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A sede foi instalada em Recife e era presidida pelo engenheiro Lauro Andrade Borba.

A terceira Região era composta pelos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. A sede era em Salvador e o presidente escolhido foi J. Americano Costa.

A quarta Região ficava com os estados de Minas Gerais e Goiás. A sede do Crea era em Belo Horizonte e respondia pelo Crea o presidente Lourenço Baeta Neves.

Quinta Região ficava com os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal. A sede foi instalada no Distrito Federal, e o presidente Dulphe Pinheiro Machado.

A sexta Região era composta pelos estados de São Paulo e Mato Grosso. A sede foi instalada em São Paulo e o presidente Ranulpho Pereira Lima.

A sétima Região era somente o Paraná, com sede em Curitiba e presidida por Flávio Suplicy de Lacerda.

E ainda a oitava Região que ficou com os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Com a sede instalada em Porto Alegre e tinha como presidente Henrique Pereira Netto.

### **3.2 Adolfo Morales de Los Rios assume o CONFEA**

O engenheiro Pedro Rache, primeiro presidente do CONFEA, afasta-se da presidência e o engenheiro arquiteto Adolfo Morales de Los Rios, vice-presidente, assumiu interinamente a Presidência do Conselho por onze meses. Com a renúncia de Pedro Rache, o presidente Getúlio Vargas efetivou o professor Morales no cargo no dia 6 de janeiro de 1936, onde ficou por 23 anos.

Nesse período, tentativas de modificações no Decreto 23.569 foram apresentadas ao Congresso Nacional com intuito de abrir espaço para o exercício da profissão a indivíduos sem a devida formação e “curiosos na arte de construir”, proposta apresentada pelo deputado Oséas Motta, através do projeto de Lei 175/1935.

Como transcorria a II Guerra Mundial, dificuldades surgiram impossibilitando a fiscalização das atividades profissionais. Muitos Creas criados em 1933, só foram instalados de fato algum tempo depois. O primeiro Crea do Brasil, em funcionamento

prático foi o CREA do Rio de Janeiro, atendendo a 5ª Região – Rio de Janeiro, Distrito Federal e Espírito Santo, em 5 de junho de 1934.

### **3.3 Anuidade**

À medida que o Conselho Federal aprimorava os instrumentos de fiscalização, distribuindo melhor seu quadro administrativo e melhorando a estrutura de alguns Creas, percebeu-se que a instituição não dispunha de recursos financeiros suficientes para mais essa etapa de sua consolidação.

A solução desses problemas veio por meio do Decreto 3.995 de 31 de dezembro de 1941, que obrigou os profissionais e organizações que atuassem dos ramos da engenharia, da arquitetura ou da agrimensura, o pagamento de uma anuidade.

Esse pagamento deu novo impulso à atuação do Conselho, principalmente à fiscalização, dando aos seus serviços um caráter de relevante serviço público.

A carência de profissionais de grau superior e médio no Brasil dificultava a atuação das indústrias, os problemas relativos às especializações profissionais e a inclusão no Sistema de novas profissões como engenheiro naval, engenheiro aeronáutico, engenheiro metalúrgico, engenheiro químico e urbanista. Esses foram os fatores preponderantes no aprimoramento da legislação em 1946.

Outro problema eram os técnicos estrangeiros que vieram ao país durante a guerra, tanto em caráter oficial, como em particular, que permaneciam com a situação profissional indefinida.

Para debater esses problemas e promover a atualização da legislação à nova realidade da engenharia e arquitetura no cenário brasileiro, o presidente do CONFEA, Adolfo Morales de Los Rios Filho, promoveu um Congresso no Rio de Janeiro, de 14 a 21 de dezembro de 1945. Esse encontro teve participações dos conselheiros federais, além dos representantes dos Conselhos Regionais.

Adolfo Morales deixou a Presidência do Confea dia 30 de outubro de 1960.

### **3.4 Brasília – 1976**

Durante a gestão de Fausto Aita Gai à frente do Confea, foi adotado o Código de Ética Profissional de setembro de 1971, que defendia melhor enquadramento dos Creas já existentes, além da criação de cinco novas unidades, os Creas de Natal, São Luiz, Manaus, Rio de Janeiro com jurisdição sobre o novo Estado do Rio de Janeiro, e de Teresina, no Piauí.

Em 1970, entendimentos com a Direção da NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital, resultou na doação sob permuta de uma área localizada na Asa Norte, W3, quadra 508, utilizada até hoje. Tão logo foi lavrada a escritura pública, no Cartório do 2º Ofício em 19 de fevereiro de 1971, o presidente Fausto programou por meio do Instituto de Arquitetura do Brasil, um concurso do qual participaram arquitetos de todo o Brasil, para a construção da nova sede em Brasília. O vencedor foi o arquiteto David Leo Bondar do Rio Grande do Sul. A obra foi batizada de Edifício Adolfo Morales de Los Rios, em homenagem ao grande batalhador que foi em vida o ilustre colega, grande responsável pela regulamentação dessas profissões.

### **4.0 Confea hoje**

Atualmente, 2005, o Sistema Confea/Crea é formado pelos 27 Creas, cada estado tem um representante; Colégio de Entidades Nacionais – CDEN-, representa o Confea no credenciamento dos profissionais que atuam na área tecnológica, defende e auxilia na discussão sobre assuntos nacionais de interesse da Engenharia, Arquitetura e Agronomia desde o planejamento estratégico do Sistema, elaboração de resoluções específicas de interesse geral das profissões e política de formação de desenvolvimento de profissionais do Sistema.

Além das Coordenadorias de Câmaras Especializadas, que representam o Sistema de maneira mais próxima e direta com os profissionais no seu dia-a-dia, na

área de trabalho, integrando e uniformizando procedimentos, visando à unidade de ação no Território Nacional e a responsabilidade à ética profissional.

A estrutura administrativa do Confea é composta pelo presidente reeleito em 2003, eng. civil Wilson Lang, 1º e 2º vice-presidentes, eng. florestal Fernando Bemerguy e arquiteto José Queiroz da Costa Filho, e os diretores arquiteto Cláudio Brandão Nina, téc. edificações Lino Gilberto da Silva, eng. agrônomo Manoel Antônio de Almeida Dure e o técnico em agricultura Marcos de Sousa. Além da superintendência, chefiada pelo eng. agrônomo Jaceguáy de Alencar Inchausti de Barros, que cuida da administração interna, pagamento e pessoal. A chefia de gabinete, eng. Paulo Bubach, relacionamento institucional do Sistema Confea/Crea com órgãos públicos e privados juntamente com o governo federal.

E de seis assessorias com contato profissional direto com a presidência que são: Assessoria de Comunicação Social, produção e distribuição de notícias e informações, trabalho voltado para o jornalismo; Assessoria de Projetos Especiais, aplica assuntos relacionados ao desenvolvimento e à implementação de programas e projetos especiais, no âmbito do Sistema Confea/Crea; Assessoria de Desenvolvimento Organizacional e Planejamento, orienta sobre os planos e projetos implantados dentro do Confea, Assessoria de Marketing e Eventos, trabalha no âmbito das ações e políticas de marketing e eventos do Confea; Assessoria Jurídica, presta serviço e auxílio em assuntos jurídicos de interesse do Confea; e Assessoria Parlamentar que trabalha nas ações e no acompanhamento da matéria legislativa de interesse do Sistema Confea/Crea, junto ao Congresso Nacional.

Em sua concepção atual o Conselho representa além das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, também os geólogos, geógrafos, meteorologistas, tecnólogos dessas modalidades, técnicos industriais e agrícolas e suas especializações, num total de centenas de títulos profissionais.

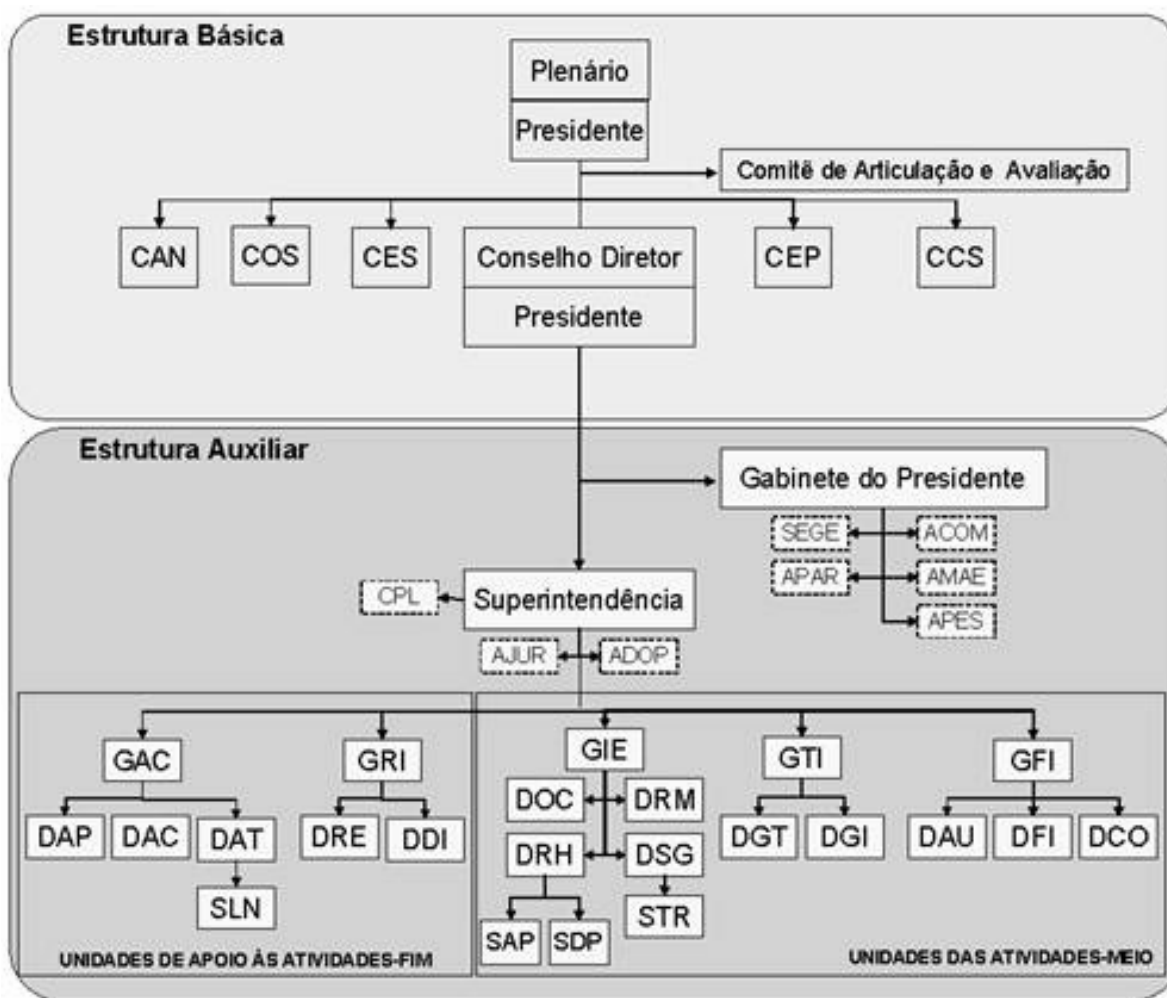


Figura 1

O Confea é a instância máxima à qual um profissional pode recorrer no que se refere ao regulamento do exercício profissional. A estrutura organizacional do Conselho Federal contempla o processo de divisão do trabalho, a alocação de responsabilidade e a distribuição de poder. Além de zelar pelos interesses sociais, humanos e econômicos de toda a sociedade tendo como referência o respeito ao cidadão e à natureza.

Em seus cadastros, o Sistema/Crea tem registrado mais de 850 mil profissionais que respondem por cerca de 70% do PIB brasileiro, e movimentam um mercado de trabalho cada vez mais acirrado e exigente nas especializações e conhecimentos de tecnologia, alimentada intensamente pelas descobertas técnicas e científicas do homem.

## **4.1 Assessoria de Comunicação Social – ACOM**

Chefiado pela jornalista Bety Rita Ramos, desde 2004, a gerência presta assessoria no âmbito das políticas e ações da comunicação do Confea, junto à sociedade, em assuntos relacionados à veiculação, na mídia, de informações de atividades desenvolvidas pelo Sistema; manutenção de estreito relacionamento com as áreas de formação de opinião pública; desenvolvimento de estratégias para a consolidação e manutenção de imagens institucionais na área jornalística; organização e execução de projetos editoriais: jornais, revistas, boletins, portal/site e outros informativos oficiais; análise e revisão técnica, do conteúdo de divulgação de informações de interesse do Confea e acompanhamento e cobertura jornalística de eventos oficiais.

Além acompanhamento, na imprensa, dos assuntos veiculados sobre o Sistema Confea/Crea e outros de seu interesse e administração e controle da distribuição dos produtos da área de Comunicação.

A assessoria promove anualmente o “Seminário de Comunicação Institucional do Sistema Confea/Crea”, que está na sua 5ª edição. O evento é voltado para os assessores de imprensa do Sistema, inclui os Creas e as Entidades Nacionais. Desde o ano passado, 2004, começou a abranger os assessores dos Conselhos Profissionais. O objetivo é integrar os Creas nas divulgações e distribuições de informações no meio profissional, permutas, troca de espaço para publicação das notícias, os regionais divulgam as notícias do Federal e vice-versa, tornando a comunicação do Sistema uma única agência de notícias. Um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2000.

### **4.1.2 Comunicação dentro do Sistema**

O departamento é responsável pela divulgação de notícias e informações a todos os profissionais, alunos e à sociedade, uma vez que um dos papéis do Sistema é

a responsabilidade com a humanidade, isso abrange questões políticas, econômicas e culturais.

Nas coberturas jornalísticas internas a linguagem é mais técnica, uma vez que as informações são voltadas totalmente para o interesse do profissional em exercício. Há um paralelo de informações junto à política governamental que se vive, valorização dos produtos e serviços brasileiros junto ao Mercosul. As informações internas são discutidas nas plenárias federais, que têm representantes regionais de cada classe; Colégio de Presidentes, presidente de cada Crea, que se reúnem para discutir assuntos administrativos e financeiros, além de fiscalizações locais e das Câmaras Especializadas.

A participação junto ao Congresso Nacional dos Profissionais, das Semanas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e os convênios institucionais firmados entre o Sistema, Ministérios e a Interlegis são temas debatidos e voltados para a sociedade, para leitores que se interessam pelo desenvolvimento político e social do país, principalmente no sentido de justiça trabalhista; políticas públicas; cidade sustentável, junto ao Ministério das Cidades; questões sociais; acessibilidade, construções para melhorar as condições de locomoção dos portadores de necessidades especiais; e educacional, participação no ensino a distância que visam a divulgação de conhecimentos às áreas fora do circuito São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Chegando ao interior do país através das teleconferências, projeto elaborado para visualização de conferências, congressos e cursos assistidos via satélite.

As notícias são diárias, mas os meios de distribuição e veiculação variam, a mais utilizada para se fazer chegar ao maior número de profissionais é feita em conjunto com o Creas e Entidades Nacionais, as informações são divulgadas nos meios e portais de notícias que cada um considera ser mais eficaz e, mais tarde, publicados nas revistas regionais, jornais e boletins. Cessão de espaço que nasceu de um acordo feito entre as assessorias de comunicação do Confea e dos Creas com o intuito de fortalecer as relações políticas e integrar o Sistema. Além do uso da mídia externa, fora do Sistema, regional.

## 5 Mídias

De acordo com o escritor Roger Silverstone em “Por que estudar a Mídia?” (2002. p.9), os meios de comunicação estão presentes em todos os aspectos da vida cotidiana “A mídia é o coração da nossa capacidade, ou incapacidade, de compreender o mundo em que vivemos”, ou seja é o complemento da existência humana.

“Pois a mídia é, se nada mais, cotidiana, uma presença constante em nossa vida diária, enquanto ligamos e desligamos, indo de um espaço, de uma conexão midiática, para outro.” (Silverstone, 2002, p.20)

Reconhecendo a necessidade de envolver o profissional com o seu campo de trabalho, o Sistema Confea/Crea, como entidade autônoma que representa esse grupo de profissionais que participam da produção de mais de 70% do PIB brasileiro reproduza todo o seu trabalho e a sua importância, utilizando tecnologias do meio para generalizar a divulgação de informações do setor para a sociedade.

Para Silverstone, a tecnologia da informação é “mágica e que as tecnologias da mídia são, de fato, tecnologias de encantamento... que nascem em pontos de carência social generalizada e não individual”. (p. 49)

Assim, a ACOM, como ponte entre o Sistema e os profissionais, conta com três produtos informativos: Jornal do Confea, que está na 45ª edição, tiragem de 60 mil exemplares e periodicidade bimestral; Revista, na 22ª edição, 30 mil exemplares e trimestral; e o portal, o mais novo produto e de maior alcance ao profissional e cidadão comum, com média diária de 1268 visitas. Sua atualização é praticamente on-line, trazendo toda e qualquer ação, interna e externa, do Sistema. E, distribuição via endereço eletrônico, e-mail, através de mailings atualizados dos conselheiros, coordenadores das câmaras, presidentes de Creas e Entidades, assessorias de comunicação dos Ministérios e de empresas públicas (Embrapa, Petrobrás, Vale do Rio Doce etc.) atualizado periodicamente.

A elaboração das pautas, a produção das matérias, fotos/ilustrações para o jornal são feitas através da assessoria, já a produção completa da Revista é realizada em conjunto com uma empresa licitada de comunicação, a Fábrica de Comunicação,

situada em Florianópolis, Santa Catarina. A impressão dos dois produtos acontece no jornal Correio Braziliense e a distribuição pela Empresa de Correios e Telégrafos.

## 5.1 Jornal do Confea

Surgiu em julho de 1991, o foco da primeira edição era a aproximação da 48ª Semana Oficial da Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Soeaa- era um informativo do processo constituinte do Sistema Confea/Crea, período de elaboração de um projeto para reorganização do Sistema Confea/Crea/Mútua além da revisão da legislação profissional.

Na época chamava-se “Constituinte”, era impresso em papel A4 comum e datilografado, o primeiro exemplar tinha quatro páginas. Todo em preto e branco, inclusive as fotos e os infogramas. A última edição com este nome foi a de nº 9, em julho de 1992.

Em setembro do mesmo ano passou a se chamar Jornal do Confea, que teve uma única edição. Em papel Carta, o número de páginas variava conforme o volume de informações contidas, impressão era em preto e branco, a tipografia mudou para Arial. Não havia periodicidade fixa, conforme acumulava informações era publicada uma nova edição. Por causa dessa irregularidade temporal de publicações a partir da edição de outubro de 92 passou a se chamar “Confea Urgente” e foi impresso até a edição nº 48.

A terceira versão passou a se chamar Informativo Confea, lançado em dezembro de 1994 e encerrado em setembro de 1998 com a edição, também, nº 48. Todos os jornais eram distribuídos a um pequeno grupo cadastrado, mailing composto de presidentes de Creas, conselheiros federais e algumas entidades regionais.

Em paralelo à existência do “Informativo Confea”, foi lançado em janeiro de 1995 o “Boletim Interno”, um jornal voltado para os funcionários do Confea, que sobreviveu somente a três edições. Nos mesmos padrões do Informativo, era impresso em papel A4. As duas primeiras edições foram impressas em azul e branco.

O Jornal voltou a rodar em novembro de 2003, iniciando com a edição nº 36, contagem de todas as edições dos informativos já produzidos pela comunicação, e com o nome de “Jornal do Confea”. Atualmente, está na 45ª edição, a lista de distribuição teve um aumento considerável, passou de 500 exemplares para 60 mil. Contendo informações voltadas para os conselheiros federais, presidentes de Creas e entidades nacionais, e para os profissionais da área tecnológica e estudantes. Além de divulgação de eventos e congressos promovidos pelo Sistema, contando com o apoio das assessorias dos Creas.

Seguem capas da primeira etapa.

# CONSTITUINTE

INFORMATIVO DO PROCESSO CONSTITUINTE: SISTEMA CONFEA/CREAS/MÚTUA/ENTIDADES NACIONAIS — Brasília, Julho/91 — Nº 1

## Programa e Cronograma de Trabalho

### Etapas/Atividades/Instrumentos para reformulação do Sistema CONFEA/CREAS/MÚTUA e revisão de sua legislação

**01) ELABORAÇÃO DO ROTEIRO PARA AS DISCUSSÕES:**  
Responsável: CONFEA/CELP  
Prazo: Junho/91

**02) PESQUISA DE PERFIL E OPINIÃO DOS PROFISSIONAIS:**  
Encaminhamento: A elaboração de uma tal pesquisa, para que consiga captar cientificamente as tendências e particularidades de tão grande e multifacetado universo, necessita ser planejada minuciosamente. Além do mais, pelo seu vulto e custos, ela requer licitação para contratação da empresa que irá executá-la. Por um e outro motivo, deverá ser elaborado preliminarmente um TERMO DE REFERÊNCIA, com assessoria especializada.

Responsável: CONFEA/CELP  
Prazo: Até 1ª quinzena de agosto/91 (6 Termo Referência)  
Observação: O Termo de Referência deverá ser apresentado, discutido e aprovado na 2ª Reunião Tripartite, e na 3ª Reunião Tripartite.  
Financiamento: CONFEA. Será buscada a participação dos CREAs e apoio externo.

**03) PREPARAÇÃO/ORGANIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES DO PROCESSO CONSTITUINTE NOS CONGRESSOS NACIONAIS DOS GRUPOS PROFISSIONAIS:**  
Escopo: Os Congressos Nacionais (3) dedicarão parte significativa de suas pautas às discussões do Processo Constituinte, visando à aprovação de uma proposta de projeto representativa do respectivo Grupo Profissional. Para preparar e organizar tais discussões deverão ser desenvolvidas atividades específicas dentro da organização dos respectivos congressos.  
Responsável: a) Pela preparação: Comissões Organizadoras dos Congressos e/ou Entidades Nacionais das respectivas áreas.  
b) Apoio Financeiro: CONFEA, através de convênios específicos de apoio à organização dos congressos. Esses convênios deverão ter a intervenção de todas as Entidades Nacionais envolvidas nas discussões do Processo Constituinte, nos respectivos Congressos.  
Período: Junho a Agosto/91  
Observação: Os textos que servirão de base às discussões nos Congressos deverão estar disponíveis e serem encaminhados ao CONFEA até o final de agosto de 1991 para subsidiar as discussões na 48ª Semana da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia.

O Programa e Cronograma de Trabalho a seguir apresentado, visa detalhar o item 7º da "CARTA COMPROMISSO do Encontro CONFEA/CREAs/Entidades Nacionais", firmada em 7 de março passado, cujo conteúdo foi iterativamente negociado na 2ª Reunião Tripartite, realizada em Brasília, nos dias 23 e 24 de abril; na Reunião do CDEN, realizada em São Paulo, nos dias 27 e 28 de maio; na Reunião de Presidentes de CREAs do Nordeste, realizada em Maceió, nos dias 03 e 04 de junho, e na III Reunião de Presidentes de CONFEA/CREAs/MÚTUA, realizada em Curitiba, nos dias 06 e 07 de junho passado.

**04) ENCONTROS ESTADUAIS DO PROCESSO CONSTITUINTE (24):**  
Objetivo: Discutir e elaborar uma proposta para reformulação do Sistema e revisão da legislação, a partir do Roteiro organizado pela CELP. Os encontros serão abertos a todos os profissionais do Sistema CONFEA/CREAs/MÚTUA.  
Responsável: CREAs/Entidades Regionais

Período: Julho e Agosto/91  
Observação:  
a) Os CREAs deverão constituir, em conjunto com as Entidades Regionais (associações por área de formação, por área de atuação e por área geográfica; sindicais, empresariais e acadêmicas) "Comissões Coordenadoras" do Processo Constituinte.  
b) Deverá ser realizado, pelo menos, um Encontro específico em cada uma das 24 Regiões nas quais o Sistema CONFEA/CREAs/MÚTUA está estruturado.  
Financiamento: CREAs/Entidades Regionais.

**05) 3ª REUNIÃO TRIPARTITE**  
Objetivo: Avaliar o andamento do Processo Constituinte; discutir e aprovar o Termo de Referência da Pesquisa; e negociar as questões remanescentes, particularmente o encaminhamento do Processo após os 3 Congressos Nacionais dos Grupos Profissionais.  
Responsável: CONFEA/MÚTUA/ENTIDADES NACIONAIS/CREAs  
Data: 15 e 16 de Agosto/91  
Local: Goiânia-GO

**06) SISTEMATIZAÇÃO DOS 24 PROJETOS OU RELATÓRIOS:**  
Responsável: CONFEA/CELP  
Período: 1ª semana de Setembro/91

Tais PROGRAMA e CRONOGRAMA têm como diretriz a ampliação democrática e a qualificação dos debates; como lógica a sucessão de ciclos de análises e sínteses; como estratégia que cada etapa ou atividade deve subsidiar a(s) subseqüente(s) e que a responsabilidade e pela consecução de cada uma deve estar explicitamente identificada; e como objetivo que resulte do Processo Constituinte um projeto unificado, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, ainda que propondo a existência de mais de um Conselho ou abrangendo profissões diferentes daquelas do conjunto atual.

**07) 48ª SEMANA OFICIAL DA ENGENHARIA, DA ARQUITETURA E DA AGRONOMIA:**  
Objetivo: Elaborar um anteprojeto de reformulação do Sistema e de revisão da legislação, a partir da proposta sistematizada pela CELP.

Local: Vitória-ES  
Responsável: CREA-ES/CONFEA  
Data: 11 a 13 de Setembro de 1991  
Financiamento: a) Organização: CREA-ES/CONFEA/MÚTUA.  
b) Participação: Cada Conselho e sua respectiva delegação.  
Observações:

a) O Plenário deliberativo da 48ª SEMANA será composto pelos membros do CONFEA, pelos Presidentes de CREAs e pelas delegações Estaduais/Regionais.  
b) As delegações de cada Estado/Região, com direito a voto, serão de 04 vezes a sua bancada definida na 2ª Reunião Tripartite ("O Congresso Constituinte terá 50% dos constituintes representando as 24 Regiões nas quais o Sistema CONFEA/CREAs/MÚTUA está estruturado, sendo um por cada Região e os demais divididos proporcionalmente ao número total de profissionais inscritos no respectivo CREA em 1990. Os arredondamentos serão feitos segundo as normas da ABNT. Os constituintes poderão pertencer a qualquer grupo profissional, do terceiro ou segundo grau, e serão escolhidos por votação em eventos específicos do Processo Constituinte, coordenados conjuntamente pelos CREAs e Entidades Regionais").  
c) Para a definição dessas bancadas, será considerada a soma do número de profissionais registrados e com visto em cada Região, em 1990, ou os dados mais atualizados que forem encaminhados pelos CREAs ao CONFEA até 30/06/91.

**08) CONGRESSOS NACIONAIS DOS GRUPOS PROFISSIONAIS (3- AGRONOMIA, ENGENHARIA E ARQUITETURA):**

Responsável: Comissões organizadoras dos congressos e/ou Entidades Nacionais das respectivas áreas.

Datas:  
Agronomia: 16 a 20 de Setembro/91 - Salvador  
Engenharia: 22 a 25 de Outubro/91 - Maceió  
Arquitetura: 28 de Outubro a 2 de Novembro/91 - São Paulo  
Financiamento: O CONFEA está participando com parte de custos gerais das organizações. Além disso, está fazendo convênios específicos visando apoiar especificamente as discussões do Processo Constituinte nesses Congressos (vide item "03" anterior).

**09) SISTEMATIZAÇÃO DAS 3 PROPOSTAS DE PROJETOS (RESULTANTES DOS CONGRESSOS):**

Responsável: Comissão de Sistematização (a ser definida).  
Período: Novembro/91

**10) CONGRESSO CONSTITUINTE:**  
Responsável: CONFEA/MÚTUA/ENTIDADES NACIONAIS/CREAs

Período: 1ª quinzena de Dezembro/91  
Local: Brasília-DF

Financiamento: Basicamente CONFEA/CREAs/MÚTUA. A ser detalhado nas negociações posteriores.

**11) JORNAL DA CONSTITUINTE:**  
Objetivo: Dar a mais ampla divulgação aos trabalhos do Processo Constituinte e estimular os debates.

Projeto Editorial: Comporá um tabloide contendo reportagens, entrevistas, artigos assinados gerais e artigos com posicionamentos sobre questões propostas. Será veiculado como "caderno" do JORNAL DO CONFEA (sucessor do INFORMATIVO CONFEA) e serão oferecidos seus folhetos para ser veiculado como seção dos jornais dos CREAs e das Entidades.

Periodicidade: Entre mensal e bimestral.  
Responsável: A CELP exercerá o papel de Conselho Editorial do JORNAL DA CONSTITUINTE.  
Financiamento: CONFEA/MÚTUA.





**CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA**

## **Constituinte Confea/Crea**

Processo constituinte do sistema Confea/Crea/Mútua/entidades de classe nacionais da engenharia, arquitetura e agronomia. Assim foi batizado o processo que visa elaborar uma proposta de anteprojeto para reorganização do sistema e revisão de sua legislação, a ser posteriormente encaminhado à deliberação do Congresso Nacional.

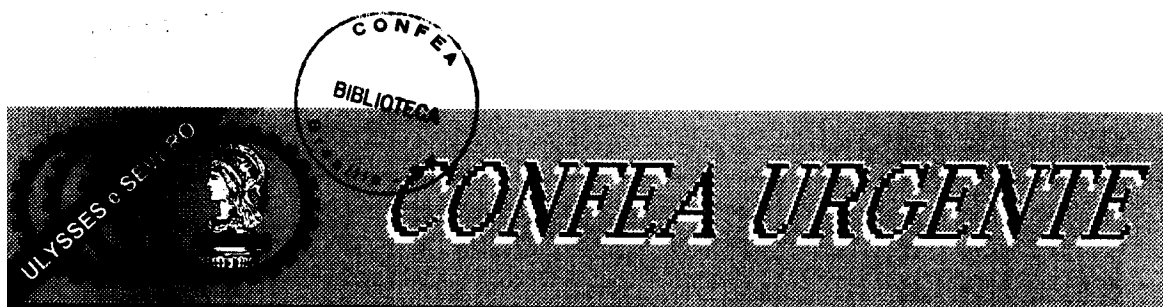
Esse processo foi pactuado através da assinatura da carta-compromisso de março de 1991, da qual a Abea, a FNA e o IAB são signatários. A formulação do documento a ser encaminhado ao Congresso Nacional se inicia com o envio de um roteiro elaborado pelo Confea/Celp (Comissão de Estudos da Legislação) para orientar os debates regionais realizados em todos os estados.

Desses encontros retornaram propostas que foram sistematizadas pelo Confea/Celp e apresentadas para debate e deliberação na 48.<sup>a</sup> Semana da Engenharia, Arquitetura e Agronomia realizada em Vitória, em setembro de 1991 - primeiro momento globalizador do processo.

O documento originário da 48.<sup>a</sup> Semana orientou os debates posteriores, que culminaram com a realização do congresso constituinte do sistema, organizado em duas etapas. A primeira - subdividida em 1A (realizada em Belo Horizonte em dezembro de 1991) e 1B (realizada em São Paulo em março de 1992) - já está concluída e decidiu pela aprovação em primeiro turno de um anteprojeto de reorganização do sistema e revisão de sua legislação.

A segunda - etapa final do congresso constituinte - será realizada contemporaneamente à 49.<sup>a</sup> Semana da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, de 14 a 18 de setembro, em Canela, RS.

Podem participar do congresso constituinte 164 profissionais, com direito a voz e voto: 25 presidentes ou representantes das entidades nacionais, atualmente integrantes do CDEN; 28 presidentes, conselheiros federais e representantes estaduais, ou seus suplentes, com mandatos no Confea; 24 presidentes ou representantes dos Crea's; 2 representantes da Mútua; 25 delegados das entidades nacionais, atualmente integrantes do CDEN; 60 delegados estaduais, distribuídos entre os 24 estados/regiões nas quais o sistema Confea/Crea/Mútua está dividido.



BOLETIM INTERNO DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ANO I Nº 0 16 / OUT / 92

## A VERDADE SOBRE A LIMINAR DA CBIC: SEU ALCANCE E BENEFÍCIOS

Continua "Sub-judice" o Mandado de Segurança impetrado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) na 4ª Vara Federal, em Brasília, solicitando a nulidade das Resoluções de nº 360, 362 e 364, baixadas pelo CONFEA.

A juíza titular daquela Vara, Selene de Almeida, concedeu liminar à CBIC em 25 de março de 1992, liminar essa que alcança apenas os associados àquela entidade.

Até o dia da impetração do mandado pela CBIC, em 18 de março de 1992, apenas uma empresa em todo o país comprovou ser efetivamente associada àquela entidade e, portanto, poderia gozar dos benefícios da liminar. As empresas, quando associadas, o são aos SINDUSCONs e às outras entidades, por sua vez, filiadas à CBIC. Como não foram estas que impetraram o mandado, sua validade não alcança seus associados.

Aproveitando a confusa tramitação desse processo, agora, inclusive, com as férias da juíza titular, a CBIC tem informado aos profissionais e às empresas que a medida também os alcança. No entanto, a Justiça já esclareceu que profissionais e empresas não associadas diretamente à CBIC não têm acesso aos benefícios provisórios da liminar e continuam submetidos à legislação e regulamentações em vigor.

## MINISTÉRIO PÚBLICO SE MANIFESTA FAVORÁVEL À EXTINÇÃO DO PROCESSO

Uma peça fundamental para o julgamento definitivo do mandado de segurança da CBIC pela juíza Selene de Almeida é o parecer do Ministério Público Federal, emitido após a concessão, em caráter provisório, da liminar. O procurador da República Oswaldo José Barbosa Silva, responsável pelo parecer, é enfático ao recomendar à juíza a "extinção do processo, sem julgamento do mérito".

Entende o procurador que a CBIC não contou com expressa autorização de suas associadas para propor a ação, lembrando ainda que os associados da CBIC - SINDUSCONs e outras entidades - não estão obrigados ao pagamento das taxas previstas nas Resoluções do CONFEA.

O procurador Oswaldo Barbosa afirma, também, que o CONFEA tem poder delegado pelas Leis 6.994/82 e 6.496/77 de fixar os valores das anuidades e taxas. "O MPF entende que as preliminares suscitadas nas informações devem ser acatadas", afirmou o parecer.

Por isso, a conclusão do procurador é que a CBIC, por não ter juntado a autorização expressa de cada um de seus associados, "não tem legitimidade para representar seus filiados". Ele vai mais além e afirma que a entidade "simplesmente entrou com o Writ, ensejando indesejável tumulto processual".

INFORMATIVO



ANO 1

Nº 0

28 de dezembro de 1994.

INFORMATIVO DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA

**NOTA OFICIAL**

**CONFEA - CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA** em Reunião Plenária nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 1994, decidiu acatar a proposta dos Presidentes de CREAs, constituindo Comissão Nacional para, durante o ano de 1995, proceder estudos visando o estabelecimento de valor único para a **ART-Anotação de Responsabilidade Técnica**, a ser adotada a partir do exercício de 1996, por se tratar de matéria regida por lei e também em função de total impossibilidade de implantação no próximo exercício.

Outrossim, esclarece que esta medida demonstra de forma inequívoca, o compromisso deste Conselho Federal em envidar constantes esforços na busca da valorização profissional e do fortalecimento de todas as entidades vinculadas ao Sistema CONFEA/CREAs, objetivando - com a colaboração das empresas que atuam nas áreas e atividades afetas ao referido Sistema - contribuir decisivamente para o desenvolvimento do País.

**Publicada nos jornais : FOLHA DE SÃO PAULO e O ESTADO DE SÃO PAULO - em 20/12/94**

**PRESIDENTE DO CONFEA É O NOVO VICE-PRESIDENTE DA OLCPIA**

Na XVI Reunião da OLCPIA - Organização Latino Americano de Colégios, Conselhos e Sociedades Profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agrimensura, Agronomia e Profissões afins, realizada na Argentina, foi designado para ocupar o cargo de Vice Presidente de seu Conselho Diretor o Presidente do CONFEA Eng<sup>o</sup> Civil Henrique Luduvic. O Plenário do CONFEA referendou a decisão.

**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

O Plenário do CONFEA aprovou deliberação da CEP, no sentido de ser constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de coordenar campanha nacional de valorização profissional.

O GT será coordenado pela CEP e composto por um Conselheiro Federal, um Presidente de CREA e um Representante de cada uma das seguintes Entidades: FNE, FNA, FISENGE e FAEAB.

**COMPOSIÇÃO DE PLENÁRIOS DOS CREAs**

Foram homologadas pelo CONFEA as novas composições dos Plenários dos CREAs MS, DF, SC, RS, PI, PB, MT, ES, MG, SP e RJ.

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**

O Plenário do CONFEA aprovou todas as propostas orçamentárias enviadas pelos CREAs, para o exercício de 1995. Foi aprovada também a proposta orçamentária do CONFEA para o mesmo exercício.

**COMITÊ DE ENTIDADES NACIONAIS-CDEN**

O Plenário do CONFEA aprovou na sua última reunião ordinária o regimento interno do CDEN. O texto aprovado foi elaborado pela Comissão Mista composta de Conselheiros do CONFEA e Presidentes de Entidades Nacionais.

**CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES**

As Entidades Nacionais terão até o dia 30 de janeiro de 1995 para enviar documentação ao CONFEA. A Comissão de Estudos Nacionais - CAN, deverá concluir o processo de credenciamento dessas Entidades, junto ao CDEN até o dia 30 de junho de 1995.

**PLENÁRIO INDICA REPRESENTANTES AO CNPA**

O Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA conta agora com dupla representação do CONFEA: Eng<sup>o</sup> Agrônomo João de Deus Silva, como titular e Eng<sup>o</sup> Agrônomo Carlos Pieta Filho, como suplente, na Câmara Setorial de Produtos Fitossanitários e o Eng<sup>o</sup> Agrônomo Antônio Viana Filho e o Eng<sup>o</sup> Agrônomo Sebastião Abrão como titular e suplente respectivamente na Câmara Setorial de Aviação Agrícola.

# BOLETIM INTERNO

BOLETIM INTERNO DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA - Nº 01 JAN/95

## APRESENTAÇÃO

O Boletim Interno do CONFEA que começa a circular essa semana, tem como objetivo divulgar assuntos do interesse funcional tais como: rotinas, decisões, comunicados etc..., visando o aprimoramento de cada um na sua função.

A qualidade total de uma empresa é conseguida a partir da qualidade individual dos seus talentos, que por sua vez produzem qualidade nos processos a que estão afetos.

A meta individual que cada um de nós deverá alcançar é "conseguir ser o melhor profissional do mundo da nossa função" e ser o melhor significa:

- fazer certo da primeira vez;
- evitar o retrabalho;
- manter limpo e organizado o nosso local de trabalho;
- fornecer ao nosso cliente (que pode ser o colega responsável pelo próximo processo); produto de qualidade, sem erros, sem defeitos;
- obedecer rotinas e padrões.

Só podemos ser o "melhor profissional do mundo na nossa função" se contarmos com rotinas bem elaboradas e principalmente obedecidas.

O Boletim Interno funcionará portanto como elemento complementar na divulgação dessas rotinas, e a GR como unidade responsável pela sua publicação, espera receber contribuição de todas unidades e funcionários, inclusive em termos de crítica, para poder, a cada número, aperfeiçoar suas metas traçadas.



## NOVOS FUNCIONÁRIOS

Airton José Viana - DSG  
 Consuelo Brant da Silva - GR  
 Eder Bezerra Souto - GA (protocolo)  
 Ely Teixeira de Souza - DSG (almoxarifado)  
 Eunice Francisca da Silva - Superintendência  
 Francisco de Assis - DSG (motorista)  
 Gicely da Silva Paixão - GA  
 Junia Mercia Alves Ferreira - Comissão de Licitação (apoio)  
 Kimie Nemoto - DRH  
 Melani Gomes de Farias - DSG  
 Nara da Silva Santos - DIN  
 Nelsilene Barbosa Reis Dias - Telefonista  
 Paula Beatrice Gomes - GA  
 Railda Vasconcelos Bezerra - Recepcionista  
 Reginaldo Divino do Nascimento - DSG (eletricista)  
 Rosimere de Carvalho Souza - Biblioteca  
 Sandra C. Luz - GI  
 Sandra Naibert Chiplimganond - DFI  
 Simone Queiroz Afonso - Biblioteca  
 Tarcísio Mendes Sales - DSG (mensageiro)

O Boletim Interno cumprimenta os novos colegas e deseja a todos felicidades neste novo trabalho.



## A ASC INFORMA



Para os adeptos da bola e boa forma a ASC informa que toda 5ª feira às 19:30hs na Quadra de Esportes da PM tem FUTEBOL dos funcionários do CONFEA. A saída para o clube é logo após o expediente e os interessados devem procurar o Ademar no DSG. Os "peladeiros" avisam que a torcida feminina será sempre bem vinda.

Para os que já preferem esportes de cadeira,

também acontece, na sala da ASC, aqui no CONFEA, um dominó amigo, todos os dias, no intervalo do almoço.

⇒ Os empréstimos oferecidos aos funcionários pela Associação dos Servidores do CONFEA (ASC), com pagamentos parcelados na folha de pagamento, reabrirão a partir de março. Informações com Ademar (DSG)

## 5.2 Revista do Confea

O primeiro exemplar surgiu em junho de 1996 na gestão do engenheiro civil Henrique Ludovice, com tradução para a língua espanhola, tinha uma média de tiragem de mil exemplares. Nessa época, 1996, a lista para distribuição era muito pequena, recebiam os exemplares os presidentes de Creas, entidades regionais e os conselheiros federais.

Essa primeira etapa da Revista ficou somente com cinco edições de junho de 96, setembro de 97, julho de 98, janeiro e junho de 99 e dezembro 99. Depois disso, por questões políticas e financeiras, a revista parou por quase dois anos.

Voltou em 2001 com a edição setembro/outubro, com tradução para o espanhol e inglês, a princípio com periodicidade bimestral. Um ano mais tarde, na edição julho de 2002 passou a ser trimestral e continua até hoje.

As matérias da revista sempre, desde o primeiro exemplar, foram voltadas para a classe tecnológica, interagindo assuntos profissionais, políticos e econômicos. Além de dinamizar e expandir propagandas institucionais, aniversário das profissões e divulgação dos principais eventos do Sistema, Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia e o Congresso Nacional dos Profissionais.

Seguem capas anexadas.

Primeira edição

REVISTA DO

# CONFEA

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Ano I, Nº 1 - Junho

## EMPREGO

### O desafio do século XXI

52ª Semana Oficial da Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
SOEAA  
12 a 18/11/95 Blumenau - SC

**PESQUISA**  
Porque nossos cientistas vão embora

**DOCUMENTO**  
Um Brasil de todos e para todos

**EDUCAÇÃO**  
Universidade investe no Terceiro Milênio

Figura 7

Segunda edição:

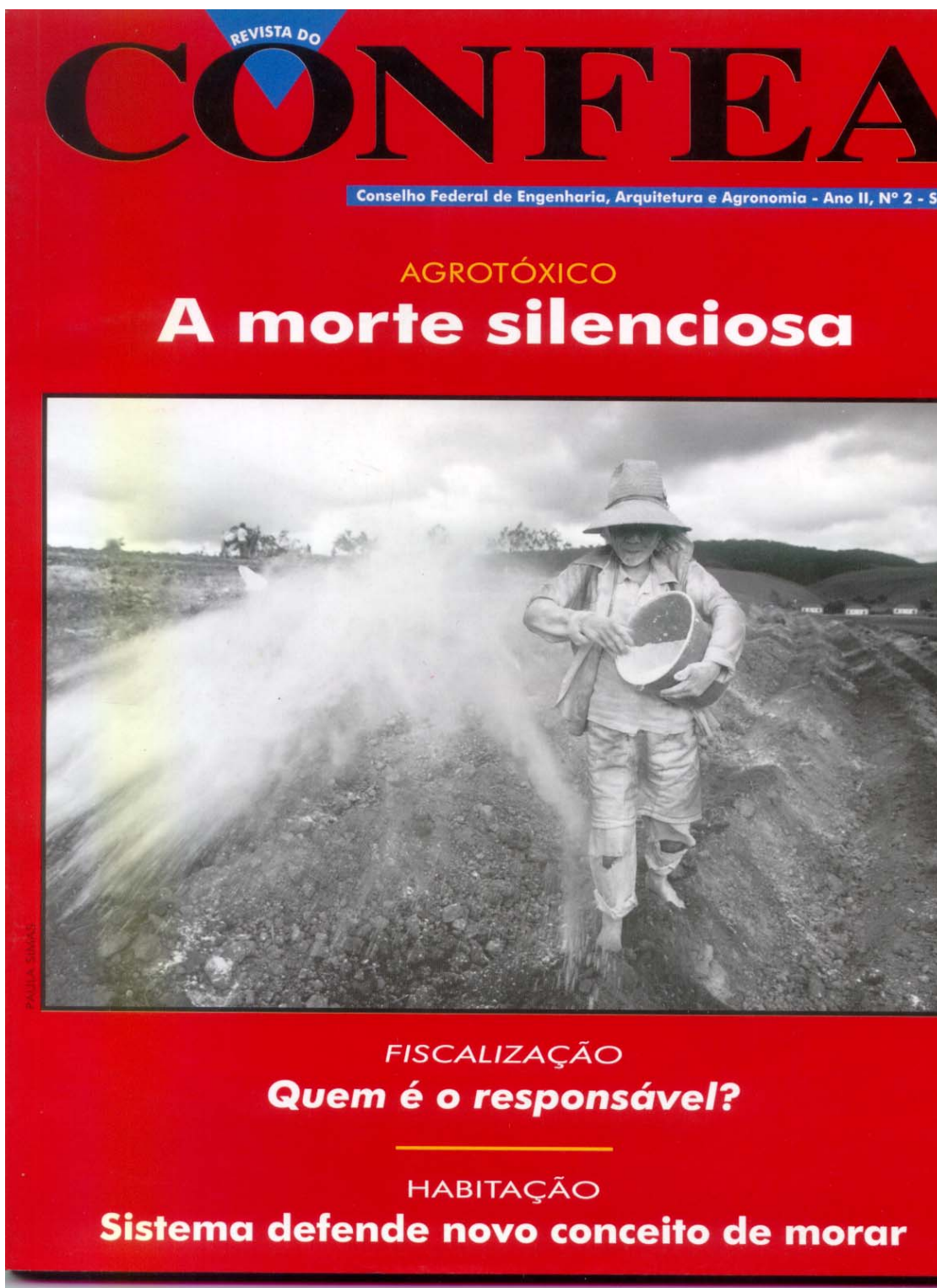


Figura 8

Terceira edição:



Figura 9

Quarta edição:



Figura 10

Quinta edição:



Figura 11

## 6 Internet

A internet é um dos meios de comunicação mais rápido, barato e de grande abrangência, vem se tornando um produto de consumo necessário, principalmente, para a usabilidade de venda de imagem, o marketing e o comércio de informações. Em 1995, a rede se popularizou no Brasil e passou a ser quase que obrigatória para as empresas levando clientes e fornecedores a exigir de seus parceiros a utilização da web como meio adicional para captação e troca de informações com os seus companheiros de negócios. Para Jakob Nielsen no livro *Projetando Websites* “a web é o ambiente no qual o poder do cliente se manifesta no mais alto grau. Quem clica no mouse decide tudo”. (p. 9)

Diante desse cenário, a sociedade vem se modernizando e adaptando às mudanças com a consolidação de inúmeras tendências em todas as áreas e setores de consumo, produtos e serviços. Não há como negar a usabilidade das tecnologias da informação. Hoje em dia, é praticamente inadmissível para as empresas, até mesmo para encurtar o espaço com o cliente, aproximando-os virtualmente. Interagindo pelo acesso praticamente instantâneo, mantendo atualizados os produtos e serviços também on line. Estimulando, nos últimos anos, o aumento do comércio eletrônico visando uma nova economia impulsionada por novos princípios e praticidade que está emergindo no mercado devido ao apelo dos próprios consumidores.

Para Silverstone estamos vivendo uma era “revolução tecnológica” para uma parcela da sociedade, a comunicação virtual assume e domina os demais meios convergindo-os para a esfera digital, tornando-se, a internet, cada vez mais importante. Um exemplo bem atual são os blogs, diários pessoais expostos na web, comunidades virtuais, enfim uma vida na rede.

Com o surgimento do Confea no mundo virtual houve o estreitamento nas relações entre o Sistema e os profissionais no sentido de mantê-los informados do que acontece no mundo tecnológico, isso porque se pode acessar em qualquer lugar do mundo e a qualquer hora, além da oportunidade de fazer pesquisas de resoluções e

matérias passadas, tudo com um simples clique no mouse. “O Planeta digital parecerá uma cabeça de alfinete e sentirá como tal” (In. Negroponte, Nicholas, 1995,p.6).

Segundo pesquisa recente no site: [www.jol.com.br](http://www.jol.com.br) cerca de 41% dos internautas apontam a instantaneidade como principal motivo do crescimento na procura nos sites e 19% apontam para o fato das notícias ficarem arquivadas indefinidamente, possibilitando a pesquisa on line e escolha da programação personalizada.

O universo virtual é construindo na base das antigas mídias. A internet transformou o meio digital em um único produto “polivalente” porque conseguiu, agregar todas as mídias e só lugar. Por exemplo o rádio web, que ainda é de baixa qualidade, mas alcança audiência mundial. “O texto de rádio é o que mais se adapta para o jornalismo em rede”, informação do site [www.jol.com.br](http://www.jol.com.br). Ele junta a precisão de idéias, objetividade e a linguagem coloquial. Outro veículo que pode e está sendo hospedado em sites é a televisão, passando a ter as publicações de matérias em vídeo. A qualidade varia conforme o tipo de conexão, banda larga ou discada. As mídias impressas, que ainda peca na exposição de notícias, em alguns sites como caso o link de notícias do Confea, na extensão e excesso de informação cansando a leitura no monitor como explica Nielsen“ 79% dos usuários da web somente passam os olhos em vez de ler porque as luzes que são emitidas do monitor cansam até 25% a mais que ler no papel.” (p. 100). Deve ser considerado o tempo gasto pelo usuário com a leitura de notícias e o horário de maior visitação do site . “É possível determinar o tamanho de um texto e em ocasião e horário ele deve ser publicado” (Moherdau, 2002, p.119)

As primeiras experiências com jornalismo digital, no Brasil, aconteceram em 1995, com o Jornal do Brasil que fez uma cobertura completa no espaço virtual. No final de 1999 e início de 2000 houve a explosão de produções jornalísticas na web que foi considerada a “Guerra da Internet” devido a primeira cobertura on line da guerra de Kosovo.

Site: palavra em inglês que significa local, lugar. Na internet designa um conjunto de páginas que representa uma pessoa, instituição ou empresa na rede. Em Portugal o termo mais usado é sítio. No Brasil só em textos conservadores ou

nacionalistas usam o mesmo termo, sítio no lugar de site. (Info Exame, dicionário, 2004).

## **6.1 Confea na web**

Surgiu no segundo semestre do ano 1997, com o endereço: [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br). Aconteceu meio que por acaso, com a explosão do mundo digital e todas as empresas estarem adaptando, quase que obrigatoriamente, os seus conteúdos para o World Wide Web, a internet, o Confea se rendeu a essa tecnologia de informação.

Uma empresa paulista, Dualtec, começou a dar os primeiros passos do site do Confea. Todo em linguagem HTML, apresentou o layout que foi aprovado sem muitas contestações. Continha informações extensas, visualização horizontal, difícil navegação, além da distribuição das informações serem precárias. Utilizava tonalidades de cores que agrediam os olhos do internauta. Por ser uma mídia nova no mercado, houve muitas dificuldades na adaptação dos profissionais no sentido de procurar e localizar informações.

Os dados oferecidos no site eram institucionais como consulta à legislação, agenda com o nome dos presidentes regionais e entidades nacionais. Não era um grande atrativo para a mídia e público externo. Somente depois foram apresentados assuntos de interesse do público externo como eventos e convênios firmados entre o Sistema e o Governo Federal.

A única revista on line foi da edição nº2, Agrotóxico: A morte Silenciosa.

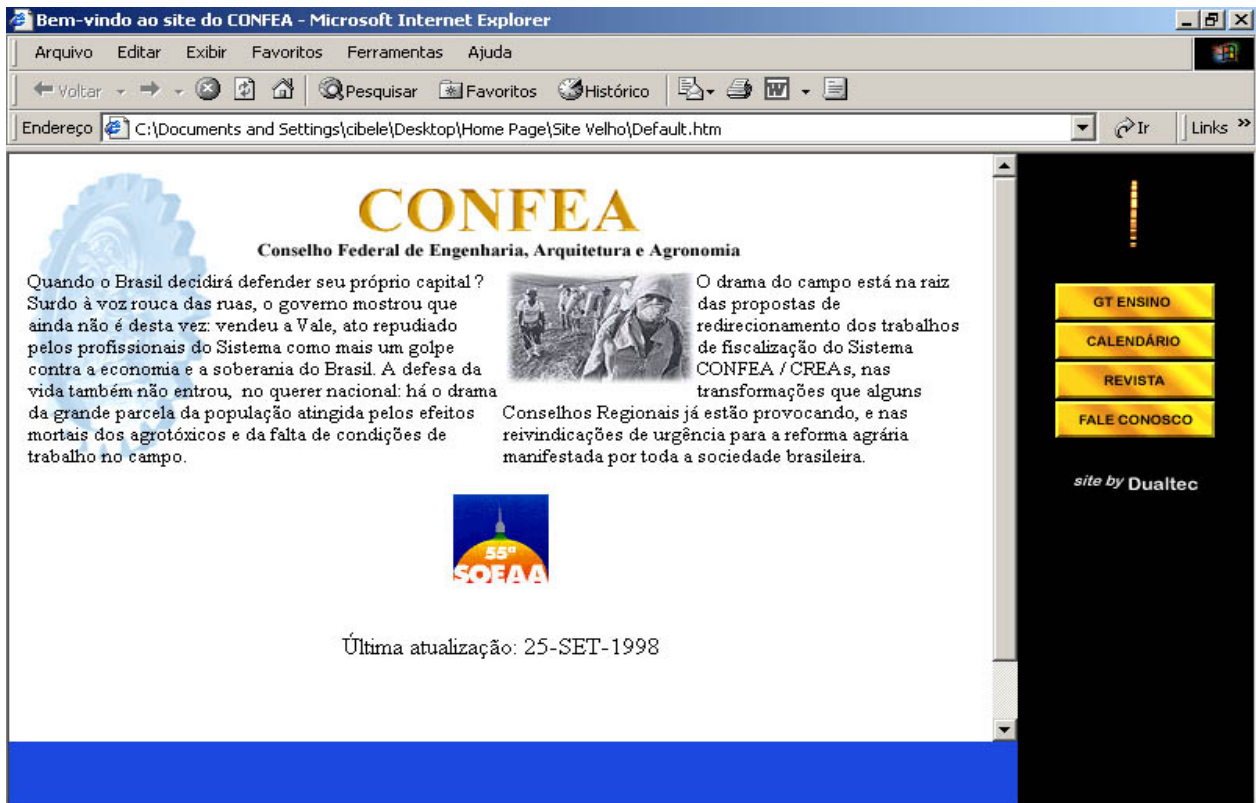


Figura 12

A segunda versão foi no ano seguinte ao lançamento do site, em 19 de outubro de 1998. Com visualização puxando para tons beges melhorou a navegação, cansando menos a visão. Utilizando a mesma linguagem e com melhor distribuição de informações mas permanecendo horizontal.



Figura 13

A terceira versão, bastante semelhante à quarta, foi ao ar no início de 2002, com cores padronizadas em azul e fundo branco. Melhorou bastante a qualidade da visualização das informações. Acrescentado nesse novo modelo a webcasting, transmissão de áudio ao vivo, em tempo real e streaming, arquivo de vídeos. O site foi construído pela empresa Net media, de São Paulo.



Figura 14

## 6.2 Portal

A quarta versão da página eletrônica do Conselho foi realizada através de reformulação completa do site [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br). O aprimoramento da programação visual (homepage e páginas internas), do sistema de navegação e das ferramentas de atualização migrou do formato de página horizontal (site) para vertical (portal), aumentando a quantidade de informações e de serviços.

A quarta versão do site do Confea é baseada no formato “portal”, solução adotada por empresas que necessitam publicar grande quantidade de informações na internet, praticamente todos os produtos que a assessoria produz estão hoje disponíveis no portal. O formato abriga a maioria das áreas que faziam parte das antigas versões, muitas foram excluídas e outras remodeladas.

Desde a primeira versão, a página sempre foi voltada para os profissionais do Sistema Confea/Crea (engenheiros, arquitetos e agrônomos), além de estudantes e técnicos.



Figura 15

### 6.3 Layout

O layout é trabalhado pensando em vários pontos, uma vez que as leituras digitais são cansativas, conforme Jakob Nielsen adverte.

A internet induz o leitor a movimentar-se, a clicar nas coisas para sentir-se mais produtivo, mesmo diante de um texto, além do fato das pessoas quando procuram informação no Word Wide Web é pela pura falta de tempo de dedicarem à busca de informação. Baseado nisso, o design ficou limpo e elegante, utilizando o fundo branco.

As cores oficiais da marca do Confea, azul e ouro, são fiéis às aprovadas e usadas pelo Sistema e fica disponível no canto esquerdo da home, orientando a página visitada . A variação de cores nas áreas diferenciadas facilita a navegação e memorização da disponibilidade das informações, além das chamadas curtas na home orientar o texto a ser lido.

A estratégia do uso de guias agrupando as principais áreas (Ex: guias usadas na navegação da Amazon.com) inovou o visual do site proporcionando fácil localização das informações a serem procuradas.

## **6.4 Home page – primeira página**

Na primeira página parte da história da instituição além dos produtos do Confea já digitalizados, acesso à legislação e informações de interesse dos profissionais dentro do Sistema Confea/Crea. Permitindo acesso às demais áreas do portal de forma mais rápida. As guias, placas de identificação, que facilitam e orientam o caminho do navegador. Os links coloridos indicam os links visitados, além facilitar a visualização do usuário. Outro ponto interessante é que em todas as páginas está a marca do Confea.

As áreas mais extensas (que possuem mais de um nível) têm sua navegação organizada por meio de homepages secundárias, possibilitando visualização mais fácil e auxílio através de textos explicativos ou persuasivos que aparecem no alto da página, quando o usuário passa o mouse sobre o nome da área no menu (evento que responde ao movimento do mouse).

Até o momento, o portal do Confea trabalha apenas com publicidade interna, promovendo os produtos editados pela Assessoria de Comunicação como livros, revistas, peças gráficas especiais ou ainda, com a divulgação de eventos.

Assim que for possível, o Confea planeja disponibilizar espaço para vender publicidade.

O novo portal tem o serviço de “fale com a gente”, um espaço que reúne contatos (telefone, fax e e-mail) de todos os departamentos do Confea, incluindo resumo com a descrição das atividades de cada um. Tem como objetivo ajudar o usuário a achar a pessoa certa para tirar dúvidas ou resolver problemas diversos.

Dispõe também de serviços como sala de bate-papo (Chat), fórum, recadastramento profissional, serviço externo com o auxílio do departamento de informática, e textos em pdf que podem ser baixados. Além de consulta à legislação do Confea e as ementas.

Os Conselhos Regionais têm uma página especial mostrando o mapa do Brasil (divisão por Estados). Cada Estado tem um link para o site do seu Crea. Além do link, é trabalhado título e pequenos pop-ups com informações rápidas sobre cada regional como telefone de contato, horário de funcionamento e nome do presidente. Os eventos, todos tecnológica, promovidos ou não pelo Confea também são divulgados. Os conteúdos são organizados com o auxílio de homepages secundárias, uma espécie de agenda ou fichário online. Os considerados “de maior importância” têm o banner publicado na homepage.

A área “Eventos” abriga promoções do Confea e de interesse do Sistema. Todos fazem parte de uma mesma área. Os eventos produzidos pelo Confea têm local de destaque e páginas internas com textos, fotos e chamadas. Os eventos considerados “externos”, mas de interesse também, fazem parte da agenda.

## **6.5 Notícias**

As notícias no site funcionam como uma verdadeira agência, recebendo e publicando matérias sobre eventos e fatos importantes relacionados ao Sistema Confea/Crea e ao Governo Federal, principalmente com os Ministérios das Cidades, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, das Comunicações, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Comércio Exterior, da Educação, da Fazenda, Minas e Energia, Trabalho e Emprego, da Saúde, e Segurança Alimentar e Combate à Fome, todos praticamente ligados aos serviços políticos do Confea.

Além da Assessoria de Comunicação do Confea, as assessorias dos Creas também participam enviando textos e fotos.

Na página de notícias há um espaço denominado “Últimas”, as últimas notícias publicadas e que aparecem com manchetes na primeira página.

A navegação do portal é feita pelo sistema de homepages secundárias e pelo menu principal. A adoção de guias é uma alternativa para o menu principal. Áreas especiais podem ter navegação diferenciada. No menu principal, os itens que apresentam subitens são apresentados logo abaixo do link principal, formando uma lista que dará acesso às páginas internas, isso porque foi adotado o menu na vertical facilitando a navegação.

Pecando no excesso de informações contidas em um só texto.

## **7 Comunicação para Wide Word Web – Internet**

O jornalismo on-line ou digital mais comumente é conhecido, também, por webwriting, expressão criada por Jakob Nielsen em 1997, se referem aos textos voltados para o ambiente virtual, é a atividade jornalística na internet.

Para Bruno Rodrigues professor e editor do site da Petrobrás, webwriting é a distribuição de conteúdo informativo em ambientes digitais, que são a intranets, CDs-ROM, wireless além de sites. É a internet agregada à arquitetura da informação que, por sua vez, é a comunicação visual adequando o texto para a web da melhor maneira para a visualização do usuário.

A criação de estrutura para sites para produzir conhecimento, segundo Rodrigues é a forma como organizamos a informação em nossas mentes, o chamado “modelo mental” ... a boa e velha biblioteca, enxergando-se a catalogação de um livro como a indexação de uma informação. (<http://webinsider.uol.com.br/vernoticia.php/cl/7>)

Jornalismo on line é uma parte, um ponto do webwriting que se dedica exclusivamente na produção e criação de informações em forma de texto para a internet de forma atrativa, escolha de títulos certos porque o usuário olha para eles primeiro, e concisa usando de recursos como hipertextos, onde o usuário pode recorrer para informações mais detalhadas, divididas em outras páginas e notícias completas no mínimo de palavras possíveis “é preciso renunciar ao conceito de texto unitário e substituí-lo por textos fragmentados” (Moherdau, p.106) para Nielsen o ideal é “não escreva mais do que 50 por cento do texto que escreveria para tratar do mesmo

assunto em uma publicação impressa” (p.101). Porque o leitor odeia usar a barra de rolagem para continuar a leitura.

## **8 Futuro da Internet**

A velocidade média de acesso à rede vem aumentando e a quantidade de usuários também, mas os serviços de e-mail e web (ou seus equivalentes) continuarão sendo os mais utilizados, seguidos dos serviços de troca de mensagens instantâneas e de divulgação de notícias.

Para Sérgio Andrade, consultor em telecomunicações, não há mais o que se criar no sentido de surgimento de novos serviços, “afinal, trata-se simplesmente de uma rede de comunicação de dados de grande abrangência. Os serviços oferecidos hoje são as mesmas oferecidas décadas atrás (o e-mail existe desde 1970, por exemplo).” A grande diferença será a possibilidade de se acessar integralmente a rede a partir de aparelhos domésticos e telefones celulares, o que já vem ocorrendo porque algumas operadoras de telefonia celular já oferecem este serviço atualmente, mas o custo é proibitivo e o uso limitado.

Os celulares conectados à internet serão a epítome, o resumo da conectividade dentro de poucos anos. Na realidade, serão "computadores/câmeras digitais/telefones/reprodutores e multimídia". Os computadores convencionais continuarão sendo usados para se acessar a rede, principalmente no ambiente de trabalho, mas serão desnecessários para o uso doméstico ou particular. Se isto de fato ocorrer, será necessário reformular diversos sites, pois a tela dos celulares será sempre menor que a dos computadores.

Isso são perspectivas de um futuro um pouco distante porque vale lembrar que apenas uma pequena parte da população mundial tem acesso à internet atualmente. No Brasil, por exemplo, a imensa maioria da população não possui sequer acesso a computadores. A tendência, no entanto, é o barateamento dos equipamentos e dos canais de acesso, o que poderá tornar a internet de fato uma "International Network".



## **9 Conclusão**

A pressa em se consumir informações e serviços vem aumentando e aperfeiçoando o mercado on line. Obrigando empresas e pessoas se adequarem a esse novo meio de comunicação que, além de prático agrega todos os outros meios já existentes.

O correto uso da comunicação virtual, permite ganhar espaço e leitores no mundo. Para isso adaptações nos textos, uso e “abuso” dos recursos tecnológicos para despertarem interesse de consumo e pesquisa são necessários para o sucesso em visitas ou cliques.

Nos últimos cinco anos a comunicação do Confea evoluiu de tal maneira que abrange quase 100% da comunidade tecnológica com criação do Portal do Confea. Um objetivo antes que atingia quase 20% da classe, hoje com a utilização dos meios virtuais todos têm acesso às informações no sentido de Leis, Decretos e Ementas, além das notícias relacionadas à área profissional. Fator que foi crescendo e evoluindo de maneira quase imperceptível tornou hoje, um canal mais do que necessário.

Este trabalho demonstrou que com qualidade e aperfeiçoamento em alguns pontos profissionais é possível um portal institucional manter as mesmas qualidade e atualidades de informações de um site de notícias diário.

## **10 Bibliografia**

NIELSEN, Jakob. *Projetando Websites: Designing Web Usability*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

MOHERDAUI, Luciana. *Guia de Estilo Web*. 2. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a Mídia?*. 1. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

RODRIGUES, Bruno. *Pensando texto para a mídia digital*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2001.

RODRIGUES, Bruno. *Arquitetura da Informação*. Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/vernoticia.php/cl/7>

OLIVEIRA, Leonardo. *Arquitetura da Informação e Jornalismo digital*. Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/vernoticia.php/id/2433>

ROCHA, José Antonio Meira da. *Network Journalism*. Disponível em: [www.jol.com.br](http://www.jol.com.br). Acesso em: 14 mai. 2005.

CONFEA, projeto memória. Disponível em: <http://adop.confea.org.br/memoria/memoria.htm>. Acesso em: 30 abr 2005.